

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano III | 27 de Janeiro de 2020 | Nº 94

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

BB volta a descomissionar!

Sindicato já está dando assistência jurídica para três bancários descomissionados injustamente

Desde 2016, após a reestruturação, os bancários do Banco do Brasil vivem um clima de terror. As constantes mudanças mal planejadas do banco ainda resultam em caos na rede de atendimento e na ameaça diária do descomissionamento caso as metas abusivas não sejam cumpridas.

Nos últimos dias, três bancários de fora de Bauru sofreram descomissionamento e procuraram o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** para buscar amparo emocional (diante da injustiça da perda da função) e jurídico (pleitear a retomada da função e manutenção salarial).

Cada um desses bancários (dois gerentes gerais e um gerente PJ) estava subordinado a uma regional diferente, o

que deixa claro que os descomissionamentos são uma forma de gestão da atual diretoria do banco, e não casos isolados.

Os três descomissionados tiveram dificuldades em cumprir tudo o que o banco cobrou recentemente, porém, o BB segue sem levar em conta a especificidade de cada situação, já que, nestes casos, tem gerente que trabalhava em uma agência que foi explodida por criminosos, gerente que teve de enfrentar as consequências da quebra de grandes empresas da cidade e, por fim, gerente que não possuía notas baixas em sua GDP (Gestão de Desempenho Pessoal) e mesmo assim foi descomissionado.

“A direção do Banco do Brasil está perdida! Desde a

criação dos escritórios digitais denunciemos os problemas que viriam em seguida”, afirma Paulo Tonon, funcionário do BB e diretor do **Sindicato**.

Caos nas agências

Desde o fechamento de diversas agências devido à criação dos escritórios digitais PJ e PF e da saída da gerência média das agências do BB, a situação piorou tanto para os clientes quanto para os bancários. Os clientes perderam a referência do gerente na agência, o que resultou na migração desses clientes para outros bancos. Já os bancários que restaram nas agências têm que dar conta de atender e vender produtos para os clientes que migraram para os escritórios



Em 2018, Sindicato denunciou que as migrações de clientes para escritórios digitais resultariam em descomissionamentos a longo prazo

digitais mas que continuam indo fisicamente nas agências.

Para tentar resolver esses problemas, o banco começou a devolver clientes migrados para as agências, mas os ge-

rentes continuam nos escritórios digitais, resultando em mais sobrecarga de trabalho.

O **Sindicato** lamenta a diminuição das funções públicas do BB e a desvalorização dos bancários.

Governo quer R\$ 150 bilhões com privatizações este ano

BB DTVM, lucrativa gestora de fundos do BB, está entre os 300 ativos que Bolsonaro pretende vender

No último dia 14, o Ministério da Economia anunciou que o governo pretende vender cerca de 300 ativos públicos ainda neste ano. O anúncio foi feito por Salim Mattar, o secretário-especial de Desestatização e Desinvestimento.

A meta da equipe econômica de Bolsonaro inclui empresas controladas pelo governo, como a Eletrobras, além de subsidiárias, coligadas e participações societárias. Com as transações, o

governo espera obter R\$ 150 bilhões.

Embora na ocasião Salim Mattar tenha afirmado que Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobras não serão privatizados, a verdade é que essas empresas estão sendo vendidas em fatias. Os Correios estão na lista de privatização, mas sua venda está prevista para o fim de 2021.

BB DTVM

A BB DTVM também está à venda. O objetivo é vender

mais de 50% da gestora de fundos do BB para um comprador estrangeiro.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, a “parceria” com um banco estrangeiro corresponderá, na prática, à privatização da BB DTVM.

Segundo uma reportagem publicada dia 23 no jornal Valor Econômico, “o modelo é parecido com o adotado pelo BB no banco de investimentos”, que firmou parceria com o suíço UBS.



Governo Bolsonaro segue liquidando o Brasil

Santander paga R\$ 100 mil de indenização por dano moral a ex-empregado lesionado

Admitido em 1983 pela Banespa Serviços Técnicos e Administrativos para exercer a atividade de digitador, este trabalhador foi transferido para o próprio Banco do Estado de São Paulo em 1985, no cargo de escriturário.

Em sua atividade inicial, digitava cheques, títulos e depósitos. Como naquela época tudo era realizado manualmente, ele era obrigado a realizar um elevado número de horas extras. Era comum fazer até quatro horas extras nos dias de pico.

Trabalhando num ambiente ergonomicamente inadequado (sua cadeira sequer possuía apoio para os braços) e num ritmo intenso (sem ter o necessário intervalo de 10 minutos para descanso a cada 50 minutos trabalhados), o bancário passou a sentir

dores constantes. Assim, em março de 1997, abriu uma Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) destacando a gravidade de suas doenças ocupacionais (LER/Dort).

Ficou afastado por nove meses. Nesse período, foi, inclusive, submetido pelo INSS ao Centro de Reabilitação Profissional, onde ficou evidenciada a relação de causalidade entre as doenças e o trabalho, bem como a redução da sua capacidade de trabalho.

Voltou ao banco em janeiro de 1998 recebendo o auxílio acidente por causa das sequelas. No entanto, em vez de ser lotado na área de atendimento, foi obrigado a atuar na retaguarda da agência, separando documentos, contando cheques, somando FGTS, GPS e outros tributos

e somando também o fechamento da contabilidade da agência.

Depois, em abril de 2001, foi transferido para o Núcleo Bauru do Santander, realizando as mesmas atividades que realizava na agência e tendo de emitir relatórios individuais de cada agência da região. Em 2006, assumiu os serviços que eram dos terceirizados, como abertura de envelopes de cheques e captura de imagem de cheques.

O bancário continuou trabalhando de forma manual e repetitiva até janeiro de 2009, quando foi dispensado sem justa causa e quando também já se encontrava impossibilitado de realizar atividades de lazer ou tarefas domésticas que exigissem um mínimo esforço da mão direita.



Então, em julho de 2009 o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** acionou a Justiça demonstrando que o banco teve culpa pelo estado de saúde de seu ex-empregado e pleiteando, em resumo, a reintegração do trabalhador e indenização pelos danos materiais e morais a ele causados.

O caso já se encontrava aos cuidados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) quando o Santander – tendo sido parcialmente condenado na primeira e na segunda instâncias – ofereceu R\$ 100 mil ao bancário para encerrar o processo, que já corria havia nove anos. O trabalhador aceitou o acordo.

Sindicato vai ajuizar ação por revisão do teto da aposentadoria

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** está preparando uma ação coletiva que vai pleitear a revisão do valor das aposentadorias concedidas após as emendas constitucionais 20/1998 e 41/2003.

Paro **Sindicato**, o INSS calculou de forma errada o valor das aposentadorias concedidas após essas emendas constitucionais, limitando o benefício ao fator previdenciário 1,00 e fixando seu valor ao teto da época.

Explicando melhor: muitos trabalhadores, quando solicitaram sua aposentadoria, obtiveram um fator previdenciário maior que 1,00, mas mesmo assim acabaram tendo o valor do seu benefício limitado ao fator previdenciário 1,00, que era o teto.

O objetivo do **Sindicato**,

com essa ação, é solicitar o que excedeu o fator previdenciário. Com a revisão do benefício, seu valor será aumentado para o teto de hoje, com a garantia de que sempre acompanhará o teto.

Por fim, também constará

do pedido o pagamento dos valores atrasados, correspondentes ao período dos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

O Departamento Jurídico do **Sindicato** segue estudando outras ações sobre o tema.

AUMENTO NO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO...



SINDICATO ESTÁ ABERTO A NOVOS CONVÊNIOS!



A CARTILHA DE CONVÊNIOS, EM BREVE, SERÁ ATUALIZADA COM OS NOVOS PARCEIROS!

VEJA A LISTAGEM COMPLETA DE CONVÊNIOS EM NOSSO SITE: WWW.SEEBBAURU.ORG.BR

CONVÊNIOS PARA ASSOCIADOS AO SINDICATO



Novos convênios

- **JOÃO VICTOR BERTOLINI GUTIERRES DA ROSA**
Maquiagem profissional e curso
Desconto de 20% em maquiagem e curso.
Rua Dois, 1-96, Ouro Verde, Bauru
Telefone: (14) 99782-5772
- **YNGRID CARDINE NUNES ABILIO**
Ensaio fotográfico, eventos e impressão de produtos
Desconto de 20%.
Rua Padre Anchieta, 8-42, Bela Vista, Bauru
Telefone: (14) 98122-2114

Reestruturação da Caixa é mais um ataque contra os bancos públicos

Em negociação com representantes sindicais, banco só deu respostas negativas às reivindicações

Incerteza. Esse é o sentimento dos bancários da Caixa Econômica Federal após o vazamento da informação de que o banco prepara uma nova reestruturação.

De acordo com informações obtidas extraoficialmente, para o “alinhamento da Matriz com a Rede” e a “garantia do padrão na execução das diretrizes corporativas”, a Caixa pretende alterar sua estrutura, extinguindo funções e enfraquecendo o seu papel social. Dentre as medidas a serem tomadas estão o fechamento de agências e postos de atendimento e a criação de unidades para atender clientes de alta renda.

A reestruturação deve reduzir o número de superintendências (Sure) de oito para seis – as Sure passarão a se chamar Superintendências Nacionais de Varejo (SUV) – e reduzir também o número de superintendências regionais das atuais 84 para 54. Há boatos de que a SR Bauru vai virar uma representação.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** defende transparência na reestruturação, que foi comunicada apenas aos superintendentes no início de dezembro, sem prévia discussão com sindicatos. Até hoje os empregados não foram informados sobre o que ocorrerá de fato.

Reunião

No dia 15 aconteceu em Brasília mais uma reunião entre representantes da Caixa e dos empregados. De acordo com a notícia publicada no site da Contraf no dia 17, “o encontro foi marcado por segundas negativas da Caixa às reivindicações dos trabalhadores”.

Os representantes da CEF afirmaram que, já se preparando para a reestruturação, o banco suspendeu novas nomeações, mas negaram que as mudanças já estão definidas – falaram apenas que estudos estão sendo feitos por um grupo de trabalho, com a participação de empregados.



Sindicato defendeu CEF 100% pública em ato realizado no último dia 17

“O Sindicato seguirá protestando contra o governo Bolsonaro, que pretende vender as áreas de seguros e

cartões da Caixa”, afirma Alexandre Morales, empregado do banco público e diretor do Sindicato.

Santander é o campeão de reclamações ao Banco Central

Dos cinco maiores bancos que operam no País (Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), o Santander foi o líder no ranking de reclamações do Banco Central referente ao quarto trimestre de 2019.

O índice de reclamações do banco espanhol foi de 22,94 – o quarto maior número entre os de todos os bancos com mais de 4 milhões de clientes. Pan, BMG e Banrisul ficaram com os primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente.

Depois do Santander aparecem o Bradesco (com índice de 19,36), o BB (19,06), a Caixa (17,19) e o Itaú (16,85). O índice é obtido pela divisão do número de reclamações procedentes pelo número de clientes, multiplicada por um milhão.



Todo dia a agência 0004 do Santander, em Bauru, tem filas enormes

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, não é surpresa a posição do Santander no ranking do BC, já que suas agências (chamadas de “lojas” pela direção do banco) possuem um número reduzido de trabalhadores – as que ainda contam com “caixas humanas” têm filas ainda maiores. Em Bauru, o

banco já foi atuado pelo Procon por causa disso.

“Infelizmente, se depender da direção do Santander, a situação irá piorar, já que as demissões continuam e o presidente do banco proibiu novas contratações e promoções até abril”, lembra Maria Emília, bancária do Santander e diretora **Sindicato**.

Banco PAN paga PPR até 28 de fevereiro

O Banco Pan realizará o pagamento do seu Programa Próprio de Remuneração (PPR) até o dia 28 de fevereiro, em parcela única.

O percentual será de 45% do salário, já que a regra básica da PLR 2019, prevista na CCT, prevê o pagamento de 90% do salário base acrescido de verbas fixas de natureza salarial mensal mais um valor fixo de R\$ 2.457,29, com teto de R\$ 13.182,18.

Terão direito ao pagamento os bancários que trabalharam no banco durante 2019, inclusive os desligados (a pedido ou sem justa causa). Trabalhadores que foram dispensados por justa causa não têm direito à PPR.

Quem trabalhou por período igual ou inferior a 4 meses ao longo de 2019, ou que obteve nota 1 na avaliação de desempenho, terão garanti-

do o piso de R\$ 2.648,73. Acima desse período, o valor será proporcional, com garantia do piso.

Entenda o cálculo

Se, por exemplo, um bancário tem salário de R\$ 5.500, ele receberá, pela regra básica, 90% de R\$ 5.500 (R\$ 4.950) + R\$ 2.457,29 = R\$ 7.407,29. Pelo Programa Próprio de Remuneração, ele receberá o valor de R\$ 10.000. A compensação será de 45% do salário de R\$ 5.500, ou seja, R\$ 2.475.

Assim, o cálculo final fica: R\$ 10.000 + R\$ 7.407,29 - R\$ 2.475 = R\$ 14.932,29. Ou seja, o bancário receberá, tanto de PPR quanto de PLR da CCT, o valor total de R\$ 14.932,29.

Além disso, deverá ser acrescido nesse valor a parcela adicional da CCT a ser calculado pelo banco.

Trabalho intermitente paga menos que o salário mínimo a trabalhadores

Esse tipo de vínculo trabalhista legaliza a precarização e a informalidade, afirma Dieese

Dados do Boletim Emprego em Pauta, do Dieese, mostram que, ao contrário do que afirmavam os apoiadores da reforma trabalhista do governo de Michel Temer, o contrato intermitente não criou “milhões de empregos”. Ao contrário, “legalizou a precarização e a informalidade” no mercado de trabalho.

O trabalho intermitente é um tipo de vínculo formal aprovado por lei, em 2017, em que o trabalhador fica à disposição da empresa, aguardando, sem remuneração, ser chamado pelo empregador.

De acordo com as informações da Relação Anual de

Informações Sociais (Rais) analisadas pelo Dieese, os contratos intermitentes representaram 0,13% do estoque de empregos formais em 2018 – número pequeno diante do total de admissões, mas que vem crescendo, chegando a 0,29%, em 2019. No entanto, dos vínculos existentes nos últimos dois anos, pelo menos 11% deles não tiveram nenhuma atividade, ou seja, esses trabalhadores não receberam nada.

“A aprovação do contrato intermitente foi a legalização da precarização e a institucionalização da informalidade”, afirma Priscila Rodrigues, fun-

cionária do Banco Votorantim e diretora do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

Ainda segundo o estudo apresentado pelo Dieese, no período em que o trabalhador está em atividade, a remuneração fica em torno de R\$ 763 – quase R\$ 200 a menos que o valor do salário mínimo, na época fixado em R\$ 954 –, o que impede, por exemplo, o empregado de contribuir para a Previdência, tornando a aposentadoria ainda mais distante.

O boletim também aponta que um em cada 10 trabalhadores com esse tipo de contrato não teve nenhuma ati-



vidade laboral durante o ano, ou seja, é um vínculo que conta para a estatística, mas que não gerou nenhum tipo de rendimento para o trabalhador e, quando gera, é abaixo do salário mínimo.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** fez campanha contra a reforma tra-

balhista, inclusive com paralisações, porque tinha certeza que ela não geraria empregos e retiraria direitos históricos dos trabalhadores. A verdade é que os contratos intermitentes são contratos ultraflexíveis contra o trabalhador. É preciso desmistificá-lo para a sociedade!

Ainda estão à venda três carros do Sindicato

Devido à redução do número de diretores liberados (hoje, são nove para cuidar de mais de 40 cidades e mais de 200 agências), e também pelo fato de dois deles só poderem dirigir carros automáticos, o **Sindicato** está vendendo três carros tradicionais (de câmbio manual) do seu patrimônio, e, inclusive, já adquiriu um automático.

Antes de oferecê-los para venda ao mercado, o **Sindicato** está oferecendo-os primeiramente para os bancários. Os carros serão vendidos a quem oferecer a melhor proposta, como

em um leilão. O prazo para as ofertas acaba no dia 20 de fevereiro.

As propostas podem ser feitas através dos telefones da entidade – (14) 3102-7270 ou (14) 99868-4934 – ou presencialmente.

Estão à venda os seguintes veículos:

- Ford Ka 2015, branco, 1.5
- VW Fox 2013/2014, branco, 1.6
- VW Novo Gol City 2013/2014, cinza, 1.6



Fotos dos veículos podem ser vistas no site da entidade:
www.seebbauru.org.br

PÉROLA

“Quando conheci o Bolsonaro pessoalmente, encontrei um cara doce, um homem dos anos 1950, [...] que faz brincadeiras homofóbicas, mas é da boca pra fora, um jeito masculino que vem desde Monteiro Lobato, que chamava o brasileiro de preguiçoso e que dizia que lugar de negro é na cozinha.”



Foi o que disse numa entrevista ao *Estadão* de 26 de outubro de 2018 a atriz Regina Duarte, chamada por Bolsonaro para substituir Roberto Alvim como titular da Secretaria de Cultura do governo. Alvim foi demitido do cargo após parafrasear uma fala do nazista Joseph Goebbels.